

Pedessista estende o bloqueio no Senado às sessões noturnas

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O bloqueio às votações da ordem do dia do Senado, que já existia nas sessões ordinárias vespertinas, estendeu-se ontem também às sessões extraordinárias noturnas, por iniciativa do vice-líder do PDS, Moacyr Duarte (RN). Ele tentou evitar o prosseguimento da sessão aberta às 18h30, por constatar que em plenário não se encontravam presentes os 11 senadores exigidos pelo regimento interno. O senador Alberto Silva (PMDB-PI), que presidia a sessão, suspendeu os trabalhos, acionando as campanhas por dez minutos, para chamar os senadores. A sessão foi então reaberta, mas ao serem anunciados os itens da pauta, Duarte exigiu verificação de quórum — 35 senadores —, que não se formou, adiando as deliberações para hoje.

Moacyr Duarte disse que diariamente adotará essa prática, para só permitir que os projetos sejam aprovados com o número mínimo previsto no regimento.

TERCEIRO ESCALÃO

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, informou ontem que reunirá nesta sexta-feira os coordenadores de bancada que estão cuidando do preenchimento de cargos

no terceiro escalão do governo, para fazer um levantamento dos cargos até agora obtidos pelos frentistas. No mesmo dia, terá encontro com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, para avaliar os resultados das negociações dos cargos no âmbito da Aliança Democrática.

Bornhausen explicou que o presidente José Sarney pediu o aceleração das negociações, fixando para hoje o prazo final dos acordos. Depois da reunião com Ulysses Guimarães, Jorge Bornhausen disse que o levantamento geral será levado ao presidente da República, "que definirá o critério a ser obedecido nos casos em que o consenso não tiver sido alcançado".

DEFESA DOS TURNOS

O deputado Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP), contestou ontem as críticas do governador Leonel Brizola à eleição presidencial em dois turnos. "O governador Brizola está muito equivocado ao comparar a emenda de eleições presidenciais em dois turnos com o pacote de abril. Em primeiro lugar, a emenda não foi baixada por ato institucional, mas aprovada pela quase unanimidade do Congresso Nacional, recebendo entusiástico apoio de todas as forças democráticas do País".